

# UMA LEITURA DE WEBER E DURKHEIM PARA A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE, EM ESBOÇO PARA UMA ANÁLISE DO GOVERNO ELETRÔNICO<sup>55</sup>

Marcello Cavalcanti Barra<sup>56</sup>

## Resumo

Através de uma leitura de Max Weber e Émile Durkheim sobre o espírito da relação entre Estado e sociedade, e também de seus conceitos de Estado e a sociedade, este ensaio procura relacionar o pensamento dos dois clássicos da Sociologia com o governo eletrônico (e-gov) brasileiro. Durkheim associa democracia à comunicação, sendo que a internet mostra-se bastante adequada como ferramenta e meio de comunicação do Estado vislumbrado por Durkheim. Durkheim mostra também a importância do Estado na sociedade; na internet, uma das formas de indicar essa importância é através do e-gov. Weber apresenta um ferramental para o pesquisador refletir sobre sua pesquisa, procurando evitar a normatividade e sem apresentar um guia simplificado de “como fazer”. Weber e Durkheim ajudam à proposição, neste trabalho, da questão sobre se o e-gov não serve como legitimador do Estado, uma ampliação da representatividade do Estado legitimaria o e-gov?

**Palavras-chave:** governo eletrônico (e-gov), relação Estado-sociedade, democracia comunicativa.

## **A Reading of Weber and Durkheim for the State-Society Relation: Implications for an Analysis of the Electronic Government.**

### Abstract

Through the study of Max Weber and Émile Durkheim about state, society and the relation between state and society, this theoretical essay seeks to relate both's

---

55 O autor agradece o parecerista pelas contribuições ao trabalho.

56 Marcello Cavalcanti Barra (cello@unb.br) é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do Ministério do Planejamento. É pesquisador do Ipea e da UnB – grupo “Ciência, Tecnologia e Educação na Contemporaneidade”. Membro das revistas Res Pública (EPPGG/Anesp), Revista do Serviço Público (Enap) e Desafios do Desenvolvimento (Ipea). Está com o livro “O Leviatã eletrônico” no prelo.

thinking to Brazilian electronic government (e-gov). Durkheim associates democracy with communication. Nowadays, internet is a state's means of communication with society, and vice versa, very much adequate to Durkheim's view. Also, Durkheim shows the importance of state in society and e-gov is one of the ways to point out this fact. On the other hand, Weber offers a kind of framework to researchers to think about their research, but Weber doesn't give a framework of "how to do" a research. Both, Weber and Durkheim make researchers ask themselves: doesn't e-gov legitimate Brazilian state representing some other actors/institution inside this state, at the same time legitimating this same actors/institutions because they are inside state right now?

**Keywords:** electronic government (e-gov), relationship between state-society; communicative democracy.

Este ensaio se propõe a comparar Weber e Durkheim em suas visões sobre a relação entre Estado e sociedade, ligando-as ocasionalmente à minha pesquisa de dissertação de mestrado sobre o governo eletrônico. Começarei com algumas observações acerca do método dos autores, mais detidamente: o uso da história em seus trabalhos e o objetivo da produção científica em Weber e Durkheim. Em seguida, partirei para considerações teóricas sobre Estado, sociedade e ethos da relação Estado-sociedade. Para o propósito deste texto, governo eletrônico deve ser entendido como toda a atividade governamental que ocorra através da internet, seja através de sítios eletrônicos ("websites" ou "sites") ou da troca de mensagens eletrônicas ("e-mails"). Por núcleo de atendimento do governo eletrônico, aqui, deve-se entender o conjunto de servidor@s públic@s<sup>57</sup> de uma autarquia ou de um órgão público, conjunto esse que tem como atividade principal o trabalho relacionado ao conteúdo dos "e-mails".

Minha pesquisa tem como objeto o governo eletrônico como instituição, passa pelo estudo do Estado e não de um governo específico tão-somente. Como estudar então o Estado, em uma perspectiva a longo prazo se esta pesquisa empírica ocorrerá em um período determinado de tempo, limitado,

---

57 O símbolo @ será usado para designar gêneros identitários relacionados à sexualidade.

por exemplo, a um único governo? Através do estudo da História, que nos leva a pontos diferentes do tempo. A apropriação da história como ferramenta para a sociologia é feita tanto por Durkheim quanto por Weber. Durkheim, por seu lado, distingue o trabalho d@ sociólogo@ do trabalho d@ historiador@ (apesar de que a historiografia contemporânea problematiza esta imagem):

Eu sei que o historiador não passa de um generalizador (...) procede empiricamente, toca ao acaso, é guiado por nenhuma noção sobre a natureza das sociedades. Ele faz as induções e as hipóteses. Já a sociologia apreende as funções vitais, os órgãos essenciais à sociedade (Durkheim, 1987, p. 107) (tradução livre do autor).

Ao estudo da “história e da etnografia comparadas”, Durkheim acrescenta a observação da vida cotidiana, tendo por base a “estatística comparada”, e “como objetivo explicar uma realidade atual” (Durkheim, 1989, p. 29).

Weber utiliza um profundo conhecimento da história na construção de sua teoria. Ao longo de toda a *Origem do capitalismo moderno*, por exemplo, o autor nos remete a variadas situações e contextos históricos (Weber, 1968, p. 253-4, 266) a fim de nos mostrar como se constituiu o capitalismo moderno, e concluir: “o capitalismo é diferente em diversos períodos da história. E só é peculiar no Ocidente; nos países desta região é coisa natural desde a segunda metade do século XIX” (Weber, 1968, p. 39). Fica claro em Weber a preocupação em situar, tanto no tempo como no espaço, o fenômeno que está analisando, como também deve fazer @ sociólogo@ em uma etnografia. Se Weber escreve, nesse caso, sobre as “condições prévias do capitalismo” (Weber, 1968, p. 249), Durkheim, em seu método, pergunta-se sobre “como se constituíram historicamente essas regras, isto é, que causas as suscitaram” (Durkheim, 1983, p. 1).

Em diversas de suas obras, nominadamente *As formas elementares da vida religiosa* (1989, p. 505, 523), *A divisão do trabalho social* (1977, p. 145-7), *O suicídio* (1977, p. 435-7) e *Lições de sociologia* (1983, p. 39), Durkheim mostra-se sempre preocupado com a questão moral da sociedade. Podemos mesmo dizer que sua preocupação é com a moral da sociedade, pois ele sempre termina por concluir com recomendações nesse sentido. Dessa forma,

ficamo-nos perguntando se seu estudo da história não é direcionado por um objetivo pessoal “maior” do autor, que seria a própria recuperação moral da sociedade. Já Weber, por mais que esteja vendo uma tendência à racionalidade na vida social, não se constitui num “divulgador” ou “representante” da racionalização. Para tentar demonstrar essa posição sobre Weber, acredito que o instrumento metodológico do tipo ideal, como ferramenta de comparação, possa ajudar. O autor está sempre mostrando que está descrevendo um método de comparação, por exemplo em *Economia e sociedade* (Weber, 2000, p. 144, 155, 161), e não uma meta social ou um objetivo para o que quer que seja. Em resumo, por mais que ambos, Weber e Durkheim, estudem a história, Weber parece trabalhar com um conceito mais aberto de história do que Durkheim - o que significa, por dedução e hipoteticamente, que em Weber o estudo da história nos condiciona menos a prever o futuro do que em Durkheim. Se Weber estuda a história metodologicamente para construir tipos ideais, tanto em *O espírito do capitalismo e a ética protestante* (Weber, 1967) como em *Origem do capitalismo moderno* (Weber, 1968, p. 250), entre outros, Durkheim utiliza a história para uma finalidade ideológica, a reforma moral da sociedade. Portanto, ao limitar ideologicamente o corte da história, Durkheim potencializa as críticas a seu trabalho, principalmente quanto à confiabilidade. Finalmente, Weber executa com mais clareza seu projeto de busca por imparcialidade, por um distanciamento maior d@ cientista perante seu objeto do que Durkheim, o que para o propósito de minha pesquisa é positivo, pois @ cientista tende, assim, a chegar mais próximo da realidade, ou, em outras palavras, é mais eficaz, *como ciência*, à sociedade. Por outro lado, também não podemos negar a importância do idealismo para @ sociólogo@, talvez ainda menos à maneira de Durkheim (ideológica), mas o idealismo como a união entre o entusiasmo e o trabalho d@ cientista (Weber, 1972, p. 136), à maneira como colocado por Weber em seu *Ciência como vocação*.

Outra distinção que proponho entre Durkheim e Weber se refere às recomendações que os dois fazem para a sociedade. O que os unifica, em primeiro lugar, é a muito provável consciência da importância que têm como pensadores influentes na produção de conhecimento. A partir daí começam as diferenças. Weber deixa claro em *Ciência como vocação* que o conhecimento d@ pesquisador@ é uma informação a mais trazida para a sociedade (Weber,

1972, p. 143) e que a realidade é mais influenciada por decisões políticas resultantes da luta política (Weber, 1993, p. 167) - entendida por mim também como negociação política -, do que pelo conhecimento científico; Durkheim, por outro lado, ao integrar com bastante coerência suas propostas ao longo de suas obras, indica uma direção para a sociedade, normatizando seu trabalho, operando, portanto, com uma espécie de “é assim que deve ser feito”, ou, “a sociedade deve caminhar nesta direção se quisermos paz e harmonia social”. Apesar disso, Durkheim faz *mea culpa* desse sentido geral de sua obra, ao escrever: “Uma dissertação, mesmo excelente, jamais converteu um só incrédulo” (Durkheim, 1987, p. 78) (tradução livre). Segue ainda afirmando que:

A vida coletiva não pode ser bruscamente instituída por um artifício hábil; ela não resulta de um impulso exterior e mecânico (...) mas ela se elabora lentamente (...) se a vida coletiva é espontânea, deve-se deixar sua espontaneidade (Durkheim, 1987, p. 84) (tradução livre),

mostrando a dificuldade que @ sociólogo@ encontraria em implementar normativamente seus projetos. Mas, apesar disso, a proposta e o objetivo de Durkheim parecem muito claros, no sentido de uma reforma moral da sociedade. Weber, por outro lado, por mais que veja uma tendência da sociedade em direção à racionalidade, já que o próprio conhecimento científico tende a aumentar o grau de previsibilidade, não a propõe. Portanto, acredito que a posição de Weber é mais convincente para @ pesquisador@, já que a sociedade pode contar com mecanismos democráticos de decisão, através da atividade intrinsecamente política na sociedade.

Vale apenas verificar a abordagem de Durkheim e Weber com relação a alguns conceitos para a construção do argumento deste ensaio.

## **Estado**

O conceito de Estado é, aparentemente, muito diferente para Durkheim e Weber. Se, para Durkheim, o Estado é um órgão especial que elabora as representações sociais, o órgão do pensamento social (Durkheim, 1983, p. 46-7) e da disciplina moral (Durkheim, 1983, p. 66); para Weber, o

Estado moderno existe onde a comunidade política: a) possui uma ordem administrativa e jurídica, b) é composta por um aparelho administrativo, c) tem autoridade com poder e, d) tem a possibilidade do uso da força sobre todas as pessoas em determinada área; tudo isso amparado e emanando da lei (Weber, in Bendix, 1986, p. 323). Curiosamente, a meu ver, uma conseqüência do Estado moderno weberiano desemboca no Estado de Durkheim: o Estado moderno acaba tendo também um grande poder de representação, de pensar a sociedade e mesmo o efeito moral, mas como resultante desse mesmo Estado e não como elemento constitutivo.

Mas, afinal, além de estudar a história em diversos períodos, como descrito anteriormente, para pesquisar o governo eletrônico, posso conceitualmente falar de Estado ao invés de governo? Começando por Durkheim, não podemos considerar como fazendo parte do Estado um núcleo de atendimento do governo eletrônico que simplesmente responde “mecanicamente” à sociedade. Estado para Durkheim é acima de tudo reflexão. Mas podemos realmente dizer que um @ servidor@ públic@ de um núcleo de atendimento do governo eletrônico “simplesmente” responde “mecanicamente” a um e-mail? Vou tentar clarificar esse pensamento, a partir de duas situações hipotéticas extremas e opostas: ao “simplesmente” repassar uma resposta elaborada por outra pessoa ou ao elaborar el@ mesmo uma resposta, @ servidor@ públic@ está sempre criando uma representação, representação essa que é resultado de uma reflexão acumulada, dirigindo a vida social. Na hipótese “mais simples”, @ servidor@ públic@ está respondendo com um e-mail chamado “Fale com o Governo” no endereço “governo@brasil.gov.br”; no caso “mais complexo”, além de responder em nome daquele endereço de e-mail, @ servidor@ públic@ elabora um pensamento, determinando, quer se queira ou não, uma certa direção para a sociedade – quando, por exemplo, propõe alterações no direcionamento das ações do governo, pelo menos nas esferas a que tem acesso, retrabalha representações, decisões e debates internos. Mas, importante que se faça tal consideração, @ servidor@ públic@ também estará *agindo* como a administração caracterizada por Durkheim, uma das “instituições destinadas a estabelecer o contato” (Durkheim, 1983, p. 74) entre o Estado e a sociedade. Portanto, podemos concluir que ao pesquisar o governo eletrônico à luz de Durkheim, estamos tratando ao mesmo tempo de Estado e de administração,

duas instituições que são distintas para Durkheim e que são instituições que muitas vezes estão misturadas, dificultando e até impossibilitando a distinção e a separação entre o que Durkheim chamou de Estado, por um lado, e de administração, por outro.

Uma pessoa que está ligada ao Estado, trabalhando para o governo (de qualquer maneira que seja), representa um papel específico que influencia as outras pessoas as quais ela tem contato. D@ mais humilde a@ mais renomad@ servidor@ públic@, todos acabam por construir representações que afetam toda a vida social, por menor, por mínima que possa ser essa influência em um dos casos; nesse sentido, todos que trabalham no núcleo de atendimento do governo eletrônico acabam por exercer, de alguma maneira, portanto, a reflexão sobre a sociedade. Mas, obviamente, não é somente alguém que pertença ao Estado que pensa a sociedade. Por exemplo, uma agência de publicidade não estaria também veiculando uma certa moral, refletindo a sociedade e criando continuamente uma representação social (uma moral, uma reflexão, uma representação coerentes e à serviço d@s clientes)? Apesar da observação, sejamos honestos com o pensamento de Durkheim: por vezes, ao se referir ao Estado, ele fala em “o” órgão do pensamento, mas diz também que “Não é que todo pensamento social emane do Estado” (Durkheim, 1983, p. 72). Concluindo, apesar de imprescindível para pensar o governo eletrônico (pois ele é sim representação do Estado), alguns conceitos de Durkheim (Estado diferente de administração; Estado como pensamento e nada de execução; Estado só como pensamento e administração só como execução<sup>58</sup>) parecem-me inadequados para analisarmos a realidade da sociedade brasileira, afinal, pensamento e execução se misturam em muitas situações, assim como Estado e administração.

---

58 — Esse problema ocorre em Durkheim por falta de uma definição mais precisa de Estado. Se, em um momento, escreve resolutamente que “O Estado nada executa” (Durkheim, 1993, p. 47), em outra passagem anota que “Hoje, ao contrário, não admitimos possa haver, na organização pública, algo de escape à ação do Estado” (Durkheim, 1993, p. 76) (grifos meus). Devemos, enfim, levar em conta que a obra em que trabalha detidamente a questão do Estado, *Lições de sociologia* (Durkheim, 1983), provém de material de aulas proferidas e que, supostamente por isso, ela pode não estar tão bem elaborada. Weber supera o problema entre Estado e administração de Durkheim, dizendo que tanto o aparelho administrativo como a ordem administrativa devem existir para se falar do Estado moderno.

Por mais que Weber nos diga o que é seu tipo ideal de Estado moderno (2003, p. 19), mais interessante mesmo é que Weber nos diz quando e como o fenômeno do Estado moderno *ocorre* (2003, p. 17-9; Weber in Bendix, 1986, p. 323), como um tipo ideal. Vejamos, então, se posso falar do Estado moderno weberiano ao estudar o governo eletrônico. O núcleo de atendimento do governo eletrônico “Fale com o Governo”, responsável pela conta de e-mail “governo@brasil.gov.br”, pertence a uma hierarquia e também se organiza em uma hierarquia. Constitue-se como parte de um aparelho administrativo, pertencente a uma comunidade política, a brasileira, que deve estar conduzindo os assuntos oficiais de acordo com a regulamentação legislativa, tópico esse a ser verificado na própria pesquisa empírica, sob a autoridade última do Presidente da República através de seus/suas nomead@s, já que estamos nos referindo a um núcleo de atendimento do governo eletrônico pertencente ao poder executivo. A princípio, seguindo Weber, podemos falar de Estado moderno, mas sob a condição de verificação empírica no núcleo de atendimento do governo eletrônico “Fale com o Governo”. Assim, por mais que Weber e Durkheim entendam o Estado de maneira bem distinta, minha pesquisa empírica sobre governo eletrônico se relaciona ao mesmo fenômeno em ambos, o Estado.

## **Sociedade**

Durkheim, ao longo de sua obra, define de maneiras muito diferentes o que é sociedade. Assim, recorro à Lukes, que mapeia o uso do conceito de sociedade nas obras durkheiminianas:

“Por ‘sociedade’ ele às vezes entendia a transmissão social ou cultural, ou a inculcação de crenças e práticas (‘uma realidade da qual flui tudo o que conta’), às vezes a existência de associação (por exemplo, ‘a sociedade ... nada mais é do que indivíduos reunidos e organizados’), às vezes a imposição de obrigações socialmente prescritas (‘A sociedade ... é um grande poder moral’), às vezes o objeto de pensamento, sentimento e ação (‘a sociedade constitui um fim que nos ultrapassa e ao mesmo tempo nos aparece como boa e desejável’), e às vezes simplesmente como uma sociedade real, concreta

- embora ainda aqui ele fosse ambíguo, empregando o termo às vezes para designar a sociedade (por exemplo, a França) como um todo, e às vezes grupos e instituições particulares dentro dela (por exemplo, o Estado, a família, etc)” (Lukes apud Cohn, 1977, p. 31-2).

Weber não define explicitamente o que é sociedade. E assim o faz não por indecisão, mas pela própria dificuldade de conceituar sociedade e, com isso, consegue superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, muitas vezes prejudicial ao estudo sociológico. Em Weber, a idéia de sociedade é associada à tendência à ação, na sua dimensão individual e dimensão social, dimensões ligadas empiricamente, mas separáveis com finalidade analítica (Bendix, 1986, p. 363). Como diz Weber:

“A ação é social na medida em que, em virtude do significado subjetivo a ela atribuído pelo indivíduo (ou indivíduos) que age(m), ela leva em conta o comportamento de outros indivíduos e nesse sentido é orientada em seu desenvolvimento” (Weber apud Bendix, 1986, p. 362) (grifos meus).

E a ação guarda relação com interesses econômicos: “O inter-relacionamento constante entre utilidade econômica e a afinidade social” (Bendix, 1986, p. 364), naquilo que Weber chama de “ação significativa”, onde não há necessidade de a ação significativa ser consciente. Em resumo, há de se convir que para Weber as mudanças estão ligadas aos interesses econômicos envolvidos nas ações e à dinâmica das pressões mútuas entre as pessoas, não só em suas próprias ações, mas também na expectativa das ações das outras pessoas - a subjetividade joga papel fundamental em tudo aqui. Assim, ao tratar de um certo núcleo de atendimento do governo eletrônico, devo entender: a especificidade desse núcleo e de cada indivíduo com relação aos outros, qual (descritiva e analiticamente) o poder que cada um exerce em relação aos outros; como um indivíduo se coloca como ator social e afeta as expectativas e as ações de outras pessoas, de outros núcleos de atendimento do governo eletrônico e de inúmeras áreas do governo; como o poder econômico se relaciona àquela realidade e também o poder simbólico (através das expectativas) advindo desse poder econômico e vice-versa. Dessa maneira,

cada fenômeno social tem dinâmicas sociais específicas, podendo mesmo, depois de verificado pelo pesquisador, haver uma mesma lógica em manifestações diferentes de um mesmo fenômeno. Na pesquisa, por exemplo, diferentes núcleos de atendimento de governo eletrônico estão sob a mesma lógica? Esses diferentes núcleos pertencem ao mesmo fenômeno? Como um núcleo de atendimento do governo eletrônico influencia outro(s) núcleo(s) de atendimento do e-gov?

### **Ethos<sup>59</sup> da Relação Estado-Sociedade**

Ao tratarmos de Weber, devemos considerar, antes de tudo, que ele está operando com tipos ideais - ou seja, um instrumento para análise da realidade, por meio da comparação do modelo com essa realidade. Parece-me que Weber não trata explicitamente do ethos existente na relação entre o Estado e a sociedade. Porém, como analista da sociedade capitalista moderna ocidental, o autor descreve muito claramente o ethos da sociedade, e, ao descrever o fenômeno da dominação através dos tipos ideais legal-burocrático, tradicional e carismático, em *Economia e sociedade*, Weber mostra ao sociólogo, o espírito de cada dominação. Portanto, vou trabalhar aqui com o ethos da sociedade capitalista e o ethos de cada tipo ideal de dominação weberiano.

Ao associar o Protestantismo, mais fortemente o Calvinismo, à sociedade capitalista, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Weber, 1967), Weber está explicitamente trabalhando com um determinado momento da sociedade capitalista, seu momento concorrencial, competitivo, próximo aos primórdios da sociedade capitalista moderna ocidental. Ali, Weber, ao trabalhar com textos de Benjamin Franklin, vê que “tempo é dinheiro”, que a sociedade se pauta pela produtividade no uso dos recursos, seja financeiro, material ou o tempo. Se quando o autor escreveu sua obra, muitos já se espantavam com as citações de Franklin, hoje, muita gente se assusta ao ler esses trechos, com a possibilidade mesmo de etiquetarem: “mesquinharia”. Naquele momento da história da sociedade, até os capitalistas precisam economizar “cada centavo” para investirem em seus negócios, sob pena de

---

59 Ao escrever ethos, estou referindo-me a um espírito, a uma moral existente.

serem aniquilados pela concorrência, imagine-se então @s empregad@s, @s trabalhadores, com suas remunerações, por vezes um salário, tendo também que controlar seus pagamentos para durar até o próximo provento. É uma sociedade do controle e do auto-controle, *pari passu*. O lazer, o supérfluo, o esbanjamento são evitados (dentro da lógica do tipo ideal weberiano). A ética da religião protestante corrobora com esse tipo de comportamento, onde o auto-controle é virtude. A esse período tendente à livre-concorrência, segue-se um período que tende à proteção, reserva e fechamento de mercados (restrições de mercado), patrocinado pela união entre empresári@s, ou entre sindicatos para controlar postos de trabalho ou mesmo pelo sistema educacional, controlando aqueles que terão certificados escolares e, portanto, acesso a determinados postos de trabalho. É bom notar que a moral deste período é significativamente influenciada pela moral do Judaísmo moderno (Weber, 2001, p. 120, 131). O Estado é, muitas vezes, o fiador desse “pacto social”, proporcionando um novo arranjo social, uma nova organização da sociedade. Não há mais tanta necessidade do controle ocorrer da maneira antiga, pois as maneiras de controlar e se auto-controlar se modificam; afloram as marcas, o turismo, os produtos de luxo. A própria religião protestante modifica-se no decorrer do tempo, influenciada pelo Judaísmo. Esses são os tipos ideais de sociedade descritos por Weber, em dois momentos bem distintos: um de capitalismo concorrencial, outro de capitalismo oligopolizante, cartelizado.

E quanto ao espírito do Estado weberiano, qual é sua especificidade moral? O Estado fundamenta-se na legitimidade. O tipo ideal weberiano de Estado moderno fundamenta-se na legitimidade, onde a lei é apenas uma das maneiras de garantir legitimidade a um Estado. E para falarmos de Estado moderno em Weber, temos que mencionar também um aparelho burocrático, uma máquina administrativa que, legitimamente, constitui uma dominação. Para o autor, há três tipos-puros de dominação: 1) racional, legal-burocrática, 2) tradicional e 3) carismática. Na prática, no mundo real, nenhuma dessas dominações existe como o tipo ideal weberiano, mas misturadas, guardando elementos, em geral, dos três tipos, ou onde dois tipos-puros são mais predominantes. O ethos da dominação legal é o “*formalismo*” e o de ser “*materialmente utilitarista*”, baseada em “regulamentos” (Weber, 2000, p. 147). O ethos da dominação tradicional está em “procede[r] segundo

determinados princípios”. Quais princípios? “De equidade ou justiça ética material ou de conveniência utilitarista” (Weber, 2000, p. 148). O ethos da dominação carismática reside no “livre *reconhecimento*” do carisma pelo@s dominad@, “em virtude de provas” (Weber, 2000, p. 159), isto é, “*se sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados*, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática” (Weber, 2000, p. 159) (grifos são originais ao texto de Weber).

Durkheim observa o mundo e não gosta do que vê. É importante, primeiro, ao pensarmos em Durkheim, distinguirmos a sociedade tal como (ele nos dizia que) estava e como ele gostaria que estivesse, sob pena de sermos injustos com sua obra e sua importância para pensarmos o presente. E em que consiste a relação entre Estado e sociedade, que não agrada Durkheim? É um Estado que não intervém na sociedade, que não comunica suas idéias, mesmo porque não tem um pensamento social formulado. É um Estado que não organiza as classes profissionais, no sentido de fortalecer as corporações profissionais, que não impede a livre-concorrência entre as empresas por mercados, de trabalhador@s por postos de trabalho, de artesã@s por clientes. (Lembrando que para Durkheim não é o Estado que deve organizar as classes profissionais). É um Estado que não regula a atividade econômica da sociedade no sentido de tornar os mercados mais fechados, mais oligopolistas ou monopolistas ou cartelizados. É um Estado que não fortalece instituições sociais que possam coibir ou diminuir as taxas de crime e de suicídio que ocorrem numa sociedade, que crescentemente tende ao individualismo. É um Estado fortemente influenciado pelo *laissez-faire* de Adam Smith, deixando a sociedade sem um órgão que a reflita e a organize. Durkheim, ao contrário, almeja um Estado presente, que participe ativamente da vida social, não através da ação, mas do pensamento e que estabeleça a moral da sociedade.

### **A Mudança no Ethos da Relação Estado-Sociedade**

Em Weber, “[a Sociologia] se *distancia* da realidade, servindo para o conhecimento desta da seguinte forma: mediante a indicação do grau de *aproximação* de um fenômeno histórico a um ou vários desses conceitos” (1998, p. 12). Certamente Weber não explica genericamente *como* o espírito da

relação Estado-sociedade muda, simplesmente porque ela é a mudança, pelos fatores mais variados e diversos, como a própria sociedade e o Estado, que estão constantemente mudando. Weber não tem uma teoria geral da mudança social. Pelos fenômenos que se deteve e estudou, conseguiu ver e descrever as relações existentes nas mudanças, como no caso da contabilidade racional como condição prévia para o sistema capitalista (Weber, 1968, p. 250) ou da ética protestante para o espírito do capitalismo (Weber, 1967). Internamente aos próprios tipos-puros weberianos, a mudança existe quando a dominação não se legitima mais, quando @s dominad@s não obedecem mais às ordens. Weber deixou aberto a@ pesquisador@ a possibilidade de descobrir conexões entre fatores constitutivos dos processos históricos.

A mudança no ethos da relação Estado-sociedade (tal qual são Estado e sociedade à época e à luz de sua análise) é a preocupação em si de Durkheim. A realidade é anômica, ele deseja a harmonia. Portanto, a mudança da moral dessa relação é uma possibilidade em que Durkheim acredita. Há indícios que permitiram a Durkheim confiar nessa mudança, principalmente com a emergência dos Estados nacionais europeus, quando os Estados e as sociedades européias se estão consolidando. Numa visão retrospectiva histórica, com muita propriedade, o ethos da relação Estado-sociedade tomou a direção idealizada e proposta por Durkheim, com uma presença enorme do Estado em praticamente todas as áreas da sociedade [a extensibilidade de que nos falava Durkheim (1983, p. 81)], como analisado por Bourdieu em *Espíritos de Estado* (2003, p. 91). Mas fica a pergunta com relação a Durkheim: hipoteticamente, quando o Estado conduz a sociedade a “uma vida moral mais e mais alta” (Durkheim, 1983, p. 68), a relação se estabiliza? Parece-me que não, pois não haveria limites para a elevação moral humana em Durkheim, além do que cada nova época histórica traz novas implicações morais para a sociedade.

Operando como Weber, o governo eletrônico significa o fortalecimento da tendência de racionalização e impessoalidade da relação Estado-sociedade, no sentido do Estado sob a dominação do tipo ideal racional-burocrático. Em Durkheim, o governo eletrônico representa um instrumento privilegiado do Estado na sua relação com a sociedade. Por quê? Porque o Estado durkheiminiano é um Estado que fortalece a comunicação e o intercâmbio com a sociedade. A democracia para Durkheim é relacionada justamente à

“comunicação constante [e] (...) ao intercâmbio constante entre os indivíduos e o Estado” (Durkheim, 1983, p. 83). O governo eletrônico não é apenas mais um canal de comunicação, mas permite uma interação contínua, além de um controle que pode chegar a ser sistemático sobre a sociedade.

### **Considerações finais**

Durkheim foi seminal para a Sociologia ao associar democracia ao processo de comunicação. A internet é a ferramenta mais recente e talvez a mais rica de possibilidades em relação ao pensamento durkheiminiano: nela, o tempo torna-se assíncrono e, portanto, proporciona tempo ao Estado para pensar e refletir em sua resposta aos anseios da sociedade; permite um fluxo contínuo de informação nos dois sentidos: Estado para sociedade e sociedade para Estado; possibilita o registro, manutenção e análise dessa informação; torna possível um controle social vasto da e sobre a sociedade. Podemos mesmo argüir fortemente que o governo eletrônico possibilita a democracia para Durkheim no sentido de comunicação entre Estado e sociedade. Por outro lado, a internet pode constituir-se numa anomia durkheiminiana ao isolar mais as pessoas do contato social, com um aprofundamento do individualismo no discurso e na prática, diluindo o sentimento de coletividade das pessoas; pode também separar @s que utilizam a internet daquele@s que não utilizam (exclusão digital), podendo levar a um aumento das distâncias entre classes sociais, provocando desarmonia social. A emergência das tecnologias da informação parece também favorecer alguns grupos profissionais em relação a outros: @s programador@s, inicialmente; com a emergência da internet e do governo eletrônico, também daqueles que lidam diretamente com a sociedade: atendentes de e-mail, webmarketers, entre outr@s profissionais. Em uma leitura durkheimiana, essas possíveis fontes de anomia seriam resolvidas através de um papel ativo do Estado, Estado esse que é intermediado pela sociedade civil organizada.

Outra grande contribuição de Durkheim para entender a modernidade relaciona-se à onipresença-onipotência do Estado. Não dá para arriscar avaliar se Durkheim vislumbrou essa realidade ou se a influenciou, como um de seus arquitetos. A resposta parece estar dos dois lados. Por mais que a década de 1980

tenha assistido a ascensão da retórica do “Estado mínimo” a partir dos governos Reagan, nos Estados Unidos; e Thatcher, na Grã-Bretanha; e a década de 1990 tenha presenciado, com a queda da União Soviética, uma mudança firme do discurso geral; a presença do Estado é de fato impactante em todos os setores, como nos lembra Bourdieu (Bourdieu, 2003, p. 92). No caso brasileiro atual, é significativo vermos muitos dos melhores quadros profissionais ingressando no serviço público, algo menos provável nos anos do “milagre econômico” brasileiro da década de 1970. Quanto à internet, devemos também lembrar que “nasce relacionada a demandas governamentais”, vinculada às circunstâncias militares do Estado norte-americano (Freitas, 2003, p. 88).

Finalmente, para concluir a apresentação do significado exclusivo de Durkheim no âmbito de minha pesquisa para efeito deste ensaio, gostaria de ressaltar um conceito muito trabalhado pelo autor com profundas implicações tanto para o método quanto para o corpo teórico de meu trabalho: *representação*. Para efeito didático - isto é, facilitar a comunicação de uma idéia -, e de compreensão da vida em sociedade, representação pode ser classificada de diversas maneiras, mas se apresenta neste trabalho, em geral, como uma combinação dessas maneiras. Aqui, trabalho (1) representação como *alguém* ou uma *instituição* que representa a outros e a si (um ou mais indivíduo ou grupo que simboliza, que representa uma quantidade maior de indivíduos ou grupos); (2) representação como o *pensamento* que representa a sociedade; ou (3) representação como uma *forma* específica de alguém se colocar diante de um contexto, de uma situação; nessa definição somos todos “atores sociais”. Para relacionar respectivamente esses três itens anteriores com minha pesquisa: (1) como o governo eletrônico representa o Estado brasileiro ou, o governo eletrônico representa quais grupos? (2) Que idéias estão por trás do governo eletrônico, que pensamentos o estruturam? (3) De que forma específica e diferente de outras representações o governo eletrônico representa o Estado na vida cotidiana; é coerente com outras representações do Estado brasileiro?

Weber, através de toda sua obra, simboliza para esta pesquisa uma maneira científica de encarar a sociologia. Uma frieza de tratamento que pode fazer com que @ pesquisador@ produza resultados quentes. Weber é essencial na questão epistemológica de minha pesquisa: como fazer a

pesquisa? Explicitemos essa contribuição.

Weber traz um compromisso ético na forma de se fazer pesquisa por parte d@ pesquisador@: (a) ao considerar a subjetividade na ação dos indivíduos, portanto, dando voz aos atores e ouvidos aos pesquisadores, (b) ao nos mostrar a possibilidade de multivisões ao lidarmos com a realidade, através de seus tipos ideais e (c) através desses mesmos tipos ideais, ao ser @ menos impositiv@, @ menos normativ@ possível no trabalho. Ao invés de dizermos: “faça isso”, podemos dizer: “aqui estão algumas ferramentas que podem ajudar você a estruturar seu pensamento: usando-as, você tira suas próprias conclusões”. Isso não significa, de forma nenhuma, não tirar conclusões, mas recusar-se a impor um pensamento. Na sociedade capitalista ocidental, decisões resultam de conflitos, tensões, tanto na cabeça de um@ President@ da República, em uma assembleia (por exemplo, o Parlamento), como para um@ simples assalariad@, mesmo que isso possa ser inconsciente. Para esse compromisso ético d@ pesquisador@ com sua pesquisa, el@ curva-se diante de cuidados, em todos os detalhes de seu processo de pesquisa, num auto-questionamento contínuo e profundo. Dessa maneira, é assim que acredito que a “dúvida epistemológica” indispensável a@ sociolog@ (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1999) nasce com Weber.

Ademais, Weber ajuda a buscar uma consciência profunda que vai além da consciência sobre os sujeitos de sua pesquisa e sobre seu objeto: a consciência sobre si próprio. Destaco aqui a “limitação” do papel social d@ pesquisador@, a humildade de saber que mesmo podendo passar noites em claro, sua obra pode destinar-se a dormir nas prateleiras de uma biblioteca - e, mesmo assim, el@ deve fazer o melhor que lhe for possível, eu acredito até, com o maior entusiasmo possível, pois poder fazer pesquisa é um privilégio.

Como resultado desse espírito personificado pel@ pesquisador@, Weber traz outra contribuição fundamental em minha pesquisa: o conceito de legitimação. Em uma pergunta simples e prática: por que as pessoas obedecem às ordens? e que imediatamente faz-me lembrar a pergunta de Bobbio & Bovero relacionada a Weber: “por que razão os indivíduos se submetem a outros indivíduos [?]” (Bobbio & Bovero, 2000, p. 140). A idéia de *legitimidade* é fundamental para pensar a ação (e também sua antítese: a não-ação) d@ homem/mulher públic@, o fenômeno do poder e sua distribuição nas

repartições públicas, a forma como agem e o comportamento dos servidores públicos da máquina administrativa, os processos de decisão no Estado e no governo, o papel da autoridade e da ordem. Isso só para ser breve sobre a questão da legitimidade na sociedade contemporânea, afinal, a legitimidade perpassa todos os processos de nossa modernidade, inclusive com supostos possíveis fenômenos de não-legitimidade.

Conclui-se este ensaio com uma contribuição comum tanto a Weber quanto a Durkheim e, finalmente, com uma pergunta a partir do trabalho dos dois clássicos da Sociologia. Pelo método empregado por ambos os autores, que fazem leituras históricas de longuíssimo prazo, eles nos mostram que as mudanças estruturais acontecem a longo prazo, mesmo sabendo que as mudanças são cotidianas, já que a sociedade se constitui de processos de mudança. Ao estudarem a sociedade como ela é, não criaram uma categoria sociológica chamada mudança, mas, ao contrário, mostraram a mudança inextricavelmente constitutiva da sociedade.<sup>60</sup>

Não seria o governo eletrônico uma nova forma de e para proporcionar legitimidade às decisões governamentais, através de uma representatividade ampliada que o Estado passa a ter com o e-gov e, por outro lado, não seria isso mesmo (a possibilidade de legitimação do Estado) o que legitimaria o próprio e-gov?

## Referências Bibliográficas

- BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: UNB, 1986.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo (org.). *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: \_\_\_\_\_, *Razões práticas*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

---

<sup>60</sup> Tais observações vão ao encontro do pensamento de Norbert Elias (1994, p. 234 e 235).

- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, v. 2, 1977.
- \_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo : Paulinas, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La science sociale et l'action*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O suicídio*. 2. ed. Lisboa: Presença, [197-?].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1994.
- FREITAS, Christiana S. Práticas sociais no ciberespaço: as redes de organização e circulação no conhecimento científico-tecnológico. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. 2003.
- LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro, 1977 (Livros técnicos e científicos).
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A política como vocação*. Brasília: UNB, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: UNB, v.1, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: UNB, v. 2, 2000.
- \_\_\_\_\_. Origem do capitalismo moderno. In: \_\_\_\_\_. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. Science as a Vocation. In: \_\_\_\_\_. *Essays in sociology*. Nova York: Oxford University Press, 1972.